

**A PESQUISA HISTÓRICA A PARTIR DAS PÁGINAS DE JORNAIS E
A COMPREENSÃO DA PRÁTICA JORNALÍSTICA**

**INVESTIGACIÓN HISTÓRICA A PARTIR DE LAS PÁGINAS DEL
PERIÓDICO Y COMPRENSIÓN DE LA PRÁCTICA PERIODÍSTICA**

Recebido em: 10/11/2022

Aceito em: 13/01/2023

Beatriz Corrêa Pires Dornelles ¹ 

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre a importância dos jornais como documento para os estudos historiográficos e a necessidade de se reconhecer as práticas jornalísticas de cada periódico, facilitando a compreensão do noticiário e das mensagens nele contidas. Apresentamos cinco teorias que explicam por que as notícias são como são, quais sejam: Gnóstica, *Newsmaking*, Controle social da redação, Agenda Setting e Gatekeeper, que auxiliam na interpretação do significado do noticiário impresso e de sua produção.

Palavras-chave: Pesquisa Histórica; Jornais; Prática Jornalística; *Newsmaking*.

Resumen: En este artículo reflexionamos sobre la importancia de los periódicos como documento para los estudios historiográficos y la necesidad de reconocer las prácticas periodísticas de cada periódico, facilitando la comprensión de las noticias y los mensajes contenidos en ellas. Presentamos cinco teorías que explican por qué las noticias son como son, a saber: Gnósticos, *Newsmaking*, Control social de la redacción, Agenda Setting y Gatekeeper, que ayudan en la interpretación del significado de las noticias impresas y su producción.

Palabras clave: Investigación Histórica; Periódicos; Práctica Periodística; Creación de noticias.

INTRODUÇÃO

Há apenas trinta anos, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos acadêmicos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. Na verdade, a prática historiográfica alterou-se, significativamente, nas décadas finais do século XX. No mesmo período, os historiadores franceses propunham novos objetos, problemas e abordagens para o relato histórico.

Foi graças a essa mudança de postura científica que, a partir dos anos oitenta, do século XX, os jornais passaram a ter importante significado para a escrita da história. Antes disso, os periódicos foram excluídos da historiografia por serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos. Camargo, em 1971, alertava para o

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado na Universidade Fernando Pessoa, Porto (PT), em 2009. Jornalista há 34 anos. E-mail para contato: biacpd@pucrs.br

fato de que os jornais ofereciam elementos fragmentários, divorciados, necessariamente simplificados, poucas vezes objetivos, revelando visão parcial e subjetiva da realidade, “distorção provocada não só pela proximidade dos homens com os fatos que apareciam no dia a dia, mas também por seu comprometimento com as coisas” (p. 225).

No que pese ser verdadeira a consideração, muito a história perdeu por essa visão que encontrou amparo na tradição acadêmica durante o século XIX e primeira metade do século XX, que pregava o ideal de busca da verdade, dos fatos, dos acontecimentos da realidade. Por esse paradigma, o historiador, para manter-se livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, deveria valer-se de fontes caracterizadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões (LUCA, 2005, p. 112).

A visão dos historiadores na época era de que os jornais forneciam relatos parciais, distorcidos e subjetivos. Dessa forma, os periódicos foram praticamente excluídos como fontes, embora já houvesse o entendimento acerca da importância do conteúdo jornalístico.

Ironicamente, neste mesmo período em que os historiadores rejeitam os jornais como fontes primárias de pesquisa, predominava, na prática jornalística, a recomendação aos repórteres de busca da verdade, objetividade, neutralidade e registro de diversos pontos de vista.

Conforme Luca (2005), o processo de expansão do campo de interesse dos historiadores ocorreu com a renovação temática, perceptível pelos títulos das pesquisas, que passaram a incluir o inconsciente, o mito, as mentalidades, a culinária, as crenças, as festas, os filmes, os jovens, as crianças, as mulheres, as minorias, as lideranças comunitárias, o cotidiano.

Neste estudo, enfatizamos a importância dos jornais como fontes fundamentais para os historiadores e como objeto de estudo para o enriquecimento historiográfico. No que pese essa prática já ocorrer nos grandes centros urbanos, é de se destacar que a

história de pequenas comunidades ou de pequenos e médios municípios ainda aguarda a atenção dos historiadores.

Ressalvando documentos jurídicos, legislativos e das administrações municipais e seus órgãos, dentre outros, a principal fonte de consulta para o registro histórico das populações de cidades do interior é, sem dúvida alguma, os jornais locais e regionais. Esses periódicos constituem-se em fontes riquíssimas para o estudo dos costumes, dos espaços de sociabilização, da prática cidadã, da participação popular na administração dos municípios, das lideranças comunitárias, do surgimento e atuação de organizações não-governamentais.

O jornal, principalmente quando informativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência de que os homens têm de sua época e de seus problemas, como destacou Camargo ainda no século passado (1971, 225).

Ao elaborar minha tese de doutorado sobre a imprensa nas cidades do interior gaúcho², parti de um universo de 207 jornais, representando o mesmo número de municípios, por serem filiados à Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul (Adjori). Selecionei quatorze impressos, representando cada uma das doze megaregiões do Estado³, classificadas pelo IBGE⁴, e precisei apresentar dados políticos, econômicos, culturais e sociais de cada cidade gaúcha estudada. Visitei cada um dos municípios e, em todos eles, precisei recorrer aos jornalistas da cidade para encontrar informações a respeito da educação, saúde, esporte, lazer, política, economia, meio ambiente, segurança, vida social, infraestrutura urbana, mercado de trabalho, situação dos trabalhadores, nível de desemprego, número de moradores de rua, entidades filantrópicas e tantas outras informações que possibilitam compreender como vivem as comunidades de cada região. Obviamente, em termos de metodologia, utilizei-me da história oral, através da técnica de entrevista em profundidade, o que muito auxiliou para posterior compreensão das atividades da imprensa interiorana.

Outra função da imprensa de grande valia para a história é o vasto material fotográfico, guardado nos arquivos dos jornais. Eles nos fornecem, por exemplo, dados

² A tese foi defendida em 1999, na USP, e publicada em livro em 2004, pela editora Sagra Luzzatto, sob o título: **Jornalismo “Comunitário” em cidades do interior**.

³ A Fronteira-Oeste e as Missões, pela extensão territorial, foram representadas por dois jornais cada uma.

⁴ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de set. de 2012.

reais sobre a arquitetura das cidades, as consequências de destruições provocadas por fenômenos da natureza, a moda, incluindo nesse item o vestuário, o corte de cabelos, a maquiagem, as tatuagens, os adereços, os calçados, que muito dirão do ponto de vista psicológico, social e econômico de cada população.

Já conhecida pelos historiadores, outra área de enorme valor à pesquisa são os anúncios publicitários, que podem contribuir para compreensão do desenvolvimento urbano das cidades, dentre outras temáticas. Sabemos que os estudos sobre o urbano constituem-se em importante campo temático da pesquisa histórica. As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, conhecidas por intermédio da imprensa (LUCA, 2005).

Gilberto Freyre foi o pioneiro no Brasil da técnica de pesquisa que se serve da imprensa periódica como elemento de base, tendo retirado dos anúncios de jornais do período imperial “não apenas o pitoresco, o dramático, o singular, mas, sobretudo, o demonstrativo” (CAMARGO, 1971, p. 227).

Também é importante destacar a utilidade da programação das redes de televisão, elaboradas nos últimos sessenta anos, que muito auxiliam e continuarão auxiliando para entender as sociedades em diferentes períodos históricos. Em especial, refiro-me, por exemplo, à produção de novelas e seriados, que mostram diversos aspectos do cotidiano, como valores, crenças, modos de vida. Além disso, elas têm sido utilizadas para discussão de importantes conflitos da sociedade, como drogas, alcoolismo, abusos sexuais, virgindade, violência aos idosos e às mulheres, temas que mobilizam a sociedade há décadas. Dentro de alguns anos, acredito que serão de grande valia aos historiadores a análise dos *Reality Shows*, pois neles tornam-se explícitos os valores, por exemplo, da vida privada.

É bom destacar, no entanto, que as emissoras de rádio e televisão não mantêm em arquivo seus programas. Depois de um determinado tempo, que pode variar de um mês a dois anos, salvo as exceções, as emissoras apagam as gravações e assim perdemos esses importantes documentos para pesquisa.

Luca, em 2005, chamava a atenção para o fato de os jornais, por ostentarem a tarefa de representar a sociedade na qual estão inseridos, tornaram-se fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, que tiveram grande visibilidade histórica graças à permanência de suas memórias nas páginas dos jornais. A exemplo,

Luca (p. 119) cita o processo de imigração no Brasil, ocorrido no final do século XIX e início do XX; o trabalho industrial e a própria história do movimento operário, que, na maioria das vezes, foi representada por uma pequena imprensa de militância.

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação.

A possibilidade do estudo de outros eixos temáticos, que proporcionam a ampliação das abordagens historiográficas, também encontra importante material nas páginas dos jornais, como a visão acerca do papel feminino em determinada época, contribuindo, para o estudo de gênero.

Portanto, [...] a imprensa, particularmente a impressa, tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade dos gêneros (LUCA, 2005, p.129).

A dimensão representativa da imprensa, ou seja, sua legitimação em representar os acontecimentos ocorridos na sociedade, assim como de reconstruir os fenômenos culturais e os estereótipos sociais fazem dos jornais um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais (LUCA, 2005).

COMPREENDENDO A TRIBO DOS JORNALISTAS

Para que os registros da imprensa colaborem para a construção da historiografia, com a maior precisão possível, entendo ser fundamental a parceria entre historiadores e jornalistas. Nós, pesquisadores da prática jornalística, temos como principal função responder a seguinte questão: Por que as notícias são como são? Mesmo baseando-se

em pesquisa bibliográfica de nossa área⁵, há situações da imprensa que somente os jornalistas podem fazer uma leitura adequada, por se tratar de uma cultura na produção da notícia que acontece de forma subliminar, e não explícita. Essa afirmação encontra justificativa na Teoria Gnóstica, descrita para explicar a formação da identidade dos jornalistas (PENA, 2005), não no sentido religioso, mas de representação de seus costumes, vocabulário e ritos de iniciação.

Para exemplificar a ideia gnóstica, Pena (2005) cita alguns rituais de iniciação. O repórter recém-formado recebe o nome de “foca” e, na interação com os mais velhos, passa pelo processo de acumulação de saberes específicos sobre a profissão. E só depois desse processo, os novatos passam a fazer parte da tribo.

De acordo com os pesquisadores Ericson, Chan e Baranek (apud TRAQUINA, 2005), a formação dos jornalistas passa por três saberes:

Saber de reconhecimento: é a capacidade de saber quais são os fatos que merecem virar notícia. Ou seja, como atribuir valor a critérios de noticiabilidade segundo o que chamam de faro jornalístico.

Saber de procedimento: são os conhecimentos necessários para obter as informações e elaborar a notícia.

Saber de narração: é a capacidade de aglutinar as informações mais pertinentes em uma narrativa noticiosa de forma interessante para o público.

A transmissão desses saberes é feita por tradição. Os conhecimentos são restritos ao grupo, uma espécie de manual de práticas específicas, cujos segredos são passados aos iniciantes pelos veteranos.

O jornalista também tem a sensação de que controla o tempo e o espaço, na tentativa de organizar o que se apresenta como aleatório: os acontecimentos do cotidiano (PENA, 2005). Além disso, ele tem o importante e significativo poder de decidir o que é ou não é notícia, o que deve e o que não deve ser divulgado, quem deve e quem não deve ser ouvido sobre os acontecimentos. E tudo isto o jornalista faz “em nome do público”, a quem ele diz representar.

⁵ Os jornais, os jornalistas e a prática do jornalismo já contam com milhares de estudos elaborados pelos pesquisadores da comunicação social, publicados em livros, anais de congressos, revistas científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado, sem falar nos trabalhos de conclusão de curso da área.

Outro fator importante é o comportamento da tribo. A cultura profissional é um elemento extratextual do discurso jornalístico, mas tem influência direta sobre ele. É claro que os discursos englobam suas condições discursivas, mas, nesse caso, a interferência no significado é ainda maior, pois há um fetichismo patente em torno de características da profissão, cuja compreensão efetiva só é possível para os detentores da gnosis, os jornalistas (PENA, 2005, p. 140-141).

É importante destacar o comportamento dos jornalistas em relação às rotinas de produção da notícia, que estão, diretamente, ligadas às características do público, determinadas pelos jornalistas. Por exemplo, se o repórter de televisão estiver fazendo uma matéria para o jornal da tarde e outra para a noite, elas certamente serão diferentes (PENA, 2005).

Para os jornalistas, à tarde, o público é constituído por donas-de-casa e aposentados. No entanto, para quem não se encaixa na descrição e está assistindo ao jornal no horário do almoço, o noticiário não faz o menor sentido. O mesmo acontece com a programação das rádios, dirigida para públicos específicos⁶.

PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

Outra grande contribuição que os jornalistas podem oferecer aos historiadores é a interpretação do noticiário a partir da Teoria do Newsmaking, de autoria da norte-americana Gaye Tuchman, que explica por que as notícias são como são a partir de sua forma de produção.

A teoria do *newsmaking* leva em consideração critérios como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção. A perspectiva da teoria do *newsmaking* é construtivista porque enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade.

A teoria articula-se em três vertentes principais, segundo Gaye Tuchman: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos. Os veículos de informação devem cumprir três obrigações para produzir o noticiário:

⁶ Recentemente (setembro de 2012), durante uma consulta, a médica perguntou-me: “Por que os jornalistas da Rádio Gaúcha ficam falando sobre o movimento do trânsito às 6h da manhã? É claro que o trânsito sempre está tranquilo nesse horário”, respondeu ela mesma. A resposta se encontra na linha editorial da rádio, voltada, especialmente, para prestação de serviços para o público e jornadas esportivas. Todavia, os produtores deveriam pensar sobre a necessidade ou não de prestar determinado serviço, para determinado público, em determinado horário.

tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável. Elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático e organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e serem trabalhados de forma sistematizada. Ou seja, o processo de produção da notícia é planejado como uma rotina industrial.

Esse processo tem procedimentos organizacionais. Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo. Sendo assim, uma suposta intenção manipuladora por parte do jornalista seria superada pelas imposições da produção jornalística.

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do *Newsmaking*.

Avançando ainda mais para explicar o trabalho dos jornalistas, Warren Breed, em 1955, publicou o primeiro estudo que avançou uma nova teoria — *a teoria organizacional*. No seu estudo, um clássico dos estudos do jornalismo, intitulado *Controle social da redação: Uma análise funcional*, Breed insere o jornalista no seu contexto mais imediato, a organização para a qual trabalha.

O sociólogo norte-americano entende que o jornalista acaba por ser "socializado" na política editorial da organização, através de uma sucessão sutil de recompensa e punição. Conforme Breed (1955/1999, p.154), “o primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dito qual é a política editorial”. Nem nunca será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, para sua pesquisa, confirmaram tal assertiva.

Breed sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e considera que o esse profissional se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo.

Os pontos de vista da direção da empresa jornalística chegam a controlar o trabalho do jornalista ao longo do tempo, sobretudo por um *processo de osmose*.

[...] Todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem 'por osmose'. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e 'aprendem as regras' como um neófito numa subcultura (BREED, 1999, p. 155).

Breed identificou em seus estudos seis fatores que promovem o conformismo com a política editorial da organização: 1) os jornalistas receam as punições⁷. 2) Com o tempo, os jornalistas criam laços de amizade. Assim, o jornalista pode sentir sentimentos de obrigação para com a empresa. Pode ainda sentir respeito, admiração e agradecimento para com jornalistas mais experientes que o tenham ensinado. 3) As aspirações de mobilidade: a grande maioria dos jornalistas mostra desejos de alcançar uma posição de relevo. No seu estudo, descobre que os jornalistas concordavam em que lutar contra a orientação da política editorial do jornal constituía um grande obstáculo para os avanços na carreira. 4) A ausência de grupos de lealdade em conflito: O local de trabalho dos jornalistas é relativamente pacífico, e as organizações sindicais não têm interferido em assuntos internos. 5) O prazer da atividade: Breed menciona diversas gratificações não financeiras que os jornalistas têm, nomeadamente a variedade de experiência; o testemunho pessoal de acontecimentos significantes e interessantes; ser o primeiro a saber; obter "informações secretas" negadas a leigos; conhecer e conviver com pessoas notáveis e célebres. 6) As notícias como valor: As notícias são um valor máximo; o seu trabalho é um trabalho de 24 horas; as notícias são um desafio constante. Assim, o jornalista investe na realização desse objetivo: obter mais notícias e não contestar a política editorial da empresa. É preciso ir em busca das notícias; é preciso vencer a hora de fechamento; assim a harmonia entre os jornalistas e a direção é cimentada pelos interesses comuns pela notícia.

⁷ Um dos tipos de punições que Breed menciona diz respeito à atribuição das tarefas: a chefia tem o poder de decidir quem irá fazer a cobertura de que acontecimentos e nem todos os acontecimentos são encarados da mesma forma, havendo tarefas que a maioria dos jornalistas considera mais interessantes e outras menos agradáveis. Outras punições: As alterações das matérias, por exemplo, a reescrita do texto ou a introdução de cortes no trabalho elaborado pelo jornalista; a colocação da matéria no produto jornalístico, havendo um consenso jornalístico que é melhor ter uma matéria na primeira página do que nas páginas interiores; a assinatura ou não assinatura da matéria, havendo consenso entre os membros da tribo jornalística que a publicação do nome do jornalista é sempre desejável.

Breed reconheceu as dificuldade de se implementar um “ditatorialismo organizacional” devido à natureza do trabalho jornalístico e a um mínimo de autonomia profissional que ela exige. “Qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma dada política constituiria um tabu ético e uma clara afronta a um dos pilares da legitimidade profissional, a independência do jornalista”. Então apontou cinco fatores dentro da área de influência do jornalista que o ajudam a iludir o controle da empresa:

1) As normas da política editorial nem sempre são completamente claras, uma vez que muitas são vagas e não estruturadas.

2) Os diretores podem ignorar certos fatos específicos e os jornalistas empregados, que têm o trabalho de andar a pé e de telefonar, para obter notícias, podem utilizar os seus melhores conhecimentos na subversão da política editorial.

3) Além da tática da "pressão", explorando a ignorância dos executivos de certos fatos minúsculos, os jornalistas-empregados podem utilizar a tática da "prova forjada".

4) Em relação a certo tipo de 'estórias', o jornalista tem maior autonomia, nomeadamente, na sua ronda habitual. Nenhum editor interferirá na sua ação, podendo assim o repórter ganhar a função de "editor". E ele pode selecionar quais as histórias a continuar, quais a ignorar.

5) O "estatuto" do jornalista: os jornalistas-empregados com um "estatuto" de "estrela", chamados de repórteres especiais, podem mais facilmente transgredir a política editorial.

Estes cinco fatores, segundo Breed, indicam que, sob certas condições, os controles que levam ao conformismo com a política editorial da empresa jornalística podem ser ultrapassados. A conclusão de Breed é que a linha editorial da empresa jornalística é geralmente seguida, e que a descrição da dinâmica situação sócio-cultural da redação sugerirá explicações para este conformismo. A fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestamente os seus clientes, mas entre os seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial.

Além das teorias do *Newsmaking* e do Controle Social da Redação, temos, ainda, duas importantes teorias para compreender o papel do jornalismo no século XX e início do século XXI. Uma delas é a Agenda Setting, que, no Brasil, juntamente com a Teoria da Espiral do Silêncio e *Newsmaking*, tem encontrado maior repercussão, já

possuindo registros, quer em traduções, quer em obras que buscam desenvolver reflexões a respeito dos processos comunicacionais no Brasil (HOHLFELDT, 2001)⁸.

A teoria do agendamento defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos.

A teoria do agendamento oficializou-se em 1972 a partir dos trabalhos de McCombs e Shaw, quando o estudo dos efeitos assume outra direção. O objetivo passou a ser a influência da mídia na formação e mudança de cognições, ou seja, na forma como as pessoas apreendem (e aprendem) as informações e formam seu conhecimento sobre o mundo.

A preocupação desta teoria não está centrada apenas no que as pessoas conversam, mas também em como elas conversam. Conforme Shaw (2006), as pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo.

Na maioria dos casos, estudos baseados nessa teoria referem-se à interligação entre a agenda midiática e a agenda pública, objetivando verificar a influência da mídia na opinião dos cidadãos sobre que assuntos devem ser, prioritariamente, abordados pelos políticos.

A outra teoria que explica por que estas e não aquelas notícias são publicadas chama-se Gatekeeper, formulada por David White, e aplica-se até hoje à imprensa interiorana de médio e pequeno porte. Nessa teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gafes*, isto é, "portões" que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo "portão"; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua "morte" porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação.

Publicado em 1950, o já clássico estudo de David Manning White baseia-se numa pesquisa sobre a atividade de um jornalista de meia-idade num jornal médio

⁸ In: Hohlfeldt, A. et al. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

norte-americano, Mr. Gates, que anotou durante uma semana os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não usou. A conclusão de White foi que o processo de seleção era subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no "conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*". Assim, por essa teoria as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções.

Como as redações dos jornais do interior são compostas por um reduzido número de jornalistas⁹, o resultado das edições obedece a critérios definidos por uma única pessoa, o editor do jornal que, em muitos casos, é o proprietário da publicação. Em se tratando de um produto comercializado, evidentemente os donos de jornais não mantêm independência editorial em relação a seus anunciantes. Essa característica não representa, necessariamente, a perda de credibilidade. O que se pode afirmar com segurança é que muito dificilmente jornais dessa natureza exercitarão o jornalismo investigativo e, provavelmente, não farão denúncias à administração municipal e a seus anunciantes.

Excetuando essa situação, os jornais do interior têm tanta importância enquanto documento histórico quanto qualquer jornal diário, com grande tiragem. Eles trazem em suas páginas o nome dos líderes sociais, político, econômico e cultural; registram os movimentos reivindicatórios de suas comunidades, indicam a situação de vida dos trabalhadores e demais grupos, falam da educação municipal, da saúde, do esporte, do lazer, do meio ambiente e tantos outros acontecimentos que recebem a atenção dos jornalistas do interior.

Sendo assim, a proposta que faço é dirigida a historiadores e jornalistas que estão realizando pesquisas junto às comunidades do interior. A qualificação das pesquisas passa pela união de jornalistas e historiadores. Se os primeiros podem interpretar com maior eficiência o conteúdo dos jornais, os historiadores podem auxiliar os jornalistas na busca de documentos que auxiliam a compreender o contexto histórico de cada época, dentre outros conhecimentos que ambos têm para trocar.

⁹ A maioria dos jornais do interior ainda não está nas mãos de jornalistas formados e as redações são comandadas por uma única pessoa, geralmente o proprietário da publicação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira & outros. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BREED, Warren. Controle social da redação: uma análise funcional (152-166). In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil (225-239). 35, 1969. São Paulo. In: DE PAULA, Eurípedes Simões (org.). **Portos, rotas e comércio**. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Volume II, São Paulo, 1971.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo “Comunitário” em cidades do interior**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 07 de set. de 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla e outros. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

McCOMBS, Maxwell. **Estableciendo la agenda**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

McCOMBS, Maxwell e SHAW, D. The Agenda-Setting Function of the mass media. In: **Public Opinion Quarterly**, vol. 36, n. 2, 1972.

PARZIANELLO, Geder. **A retórica nos jornais impressos**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são?** Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas (74-90). In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

CAMINHOS DO PAMPA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRETE

WHITE, David. O Gatekeeper. Uma análise de caso na seleção de notícias (p. 142-151).
In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa:
Vega, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.